

XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH
Londrina, Paraná – julho de 2005
Simpósio Temático Guerras e Alianças na História dos Índios:
Perspectivas Interdisciplinares

Os índios no Brasil Holandês, ou repensando algumas categorias¹

Mariana França²

Entre os anos de 1630 e 1654, uma fração significativa da costa nordeste da América Portuguesa foi conquistada e ocupada por estrangeiros – em sua maioria, holandeses – trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621 nos Países Baixos.³ É precisamente sobre este período complexo da história do Novo Mundo que versa o presente trabalho. Mais especificamente, trata-se de propor uma nova abordagem para o problema. Partindo de estudos já consagrados sobre o Brasil holandês, bem como de alguns indícios encontrados em fontes primárias, proporemos uma forma de interpretar a história deste período com um enfoque antropológico, centrado nas relações entre os diversos grupos que compunham tal sociedade e pautado na idéia da circulação de pessoas, objetos e saberes naquele mundo atlântico.

O período da ocupação holandesa tem sido focado por diversos estudiosos no Brasil. Em obras sobre a história geral brasileira a experiência batava é capítulo obrigatório (Varnhagen 1978; Holanda 2003). Ao mesmo tempo, a particularidade do impacto causado pelos Holandeses no nordeste – e, mais especificamente, em Pernambuco – serviu de

¹ Este texto apresenta algumas reflexões que fazem parte de meu projeto de pesquisa de doutorado, intitulado “*De Olinda a Olanda: a circulação de pessoas, saberes e representações no Brasil holandês (1630-1654)*”. A idéia central do presente texto é explicitar as questões metodológicas que guiam a pesquisa a partir de uma discussão bibliográfica e de alguns apontamentos sobre fontes primárias.

² Aluna do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH - Unicamp. mariana_f@terra.com.br

³ Em holandês, a Companhia chamava-se West-Indische Compagnie, muitas vezes referida somente como WIC. Sobre ela, cf. Gonsalves de Mello 1999 e Heijer 1994.

inspiração para estudos de história regional (cf. Verri *et. al.* 2003 e, no caso do Maranhão, Meireles 1991).

Há, porém, alguns historiadores que trabalharam de modo mais detido sobre a ocupação holandesa no nordeste.⁴ Nestas obras a ênfase da análise recai ora sobre a história social dos holandeses no Brasil, ora sobre as motivações econômicas da vinda e da saída dos holandeses e ora sobre a religião reformada holandesa em sua experiência na colônia sul-americana. Em todos eles, há um olhar que divide os sujeitos em dois grupos: holandeses, por um lado, e luso-brasileiros, por outro. O segundo grupo, deve-se ressaltar, muitas vezes é visto em sua diversidade. Trata-se separadamente dos índios, dos negros, dos moradores das cidades invadidas, dos grandes proprietários de engenho. Contudo, permanece ainda assim a dicotomia colonizadores *versus* colonizados, entendendo a história deste período como uma luta entre duas coletividades distintas entre si mas relativamente homogêneas quanto aos seus interesses e aspirações – uma, interessada em tomar posse do território e da produção de açúcar na região; outra, comprometida com a recuperação das terras e propriedades portuguesas.

No século XX, o primeiro historiador brasileiro a trazer uma interpretação densa e consistente do período do Brasil holandês foi o pernambucano José Antonio Gonsalves de Mello.⁵ Sua obra principal, *Tempo dos Flamengos* (Gonsalves de Mello 2001), publicada

⁴ Tais estudos se pautaram em documentação copiada dos arquivos holandeses e trazida para o Brasil por Joaquim Caetano da Silva e José Higinio Pereira. O diplomata Joaquim Caetano da Silva, em 1854, fez cópias de documentos do Arquivo dos Estados Gerais das Províncias Unidas: eram as cartas enviadas do Brasil aos Estados Gerais [governo holandês] entre 1623 e 1655. Tais cópias, em francês, foram depositadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no RJ e lá se encontram hoje na *coleção Joaquim Caetano*. José Higinio Pereira, em 1886, a serviço do Instituto Arqueológico Pernambucano, esteve nos arquivos de Haia e lá mandou copiar uma série de documentos do Arquivo Geral do Reino, especificamente cartas mandadas do Brasil para os Senhores XIX [diretores da WIC] bem como nótulas diárias do governo do Brasil Holandês. Este material foi depositado naquele instituto e hoje está organizados na *coleção José Higinio*.

⁵ Este autor foi o primeiro a estudar o Brasil holandês a partir dos documentos copiados por José Higinio Pereira. Os trabalhos anteriores, de Netscher (1853) e Varnhagen (1871), contavam apenas com os documentos compilados por Joaquim Caetano. Neste texto optamos por tratar apenas dos trabalhos mais

primeiramente em 1947, tem como foco as influências deixadas pelos holandeses na vida social e na cultura do norte do Brasil. Para chegar a este ponto, o autor escolhe cinco domínios da vida social e examina em pormenores as ações dos flamengos nos seguintes aspectos: vida urbana, vida rural, relação com os negros, relação com os índios, e relação com portugueses e judeus.

Esta divisão de assuntos remete, não por acaso, à maneira pela qual Gilberto Freyre construiu sua interpretação do período colonial no Nordeste em *Casa Grande & Senzala* (Freyre 2000). Com efeito, foi o sociólogo pernambucano quem incentivou o historiador, por volta de 1930, a estudar a língua neerlandesa para aprofundar-se no tema da ocupação holandesa do Brasil (Freyre 2001). Assim como Freyre, Gonsalves de Mello preocupou-se em mostrar como cada grupo social – europeus, índios, negros – contribuiu para a formação da cultura brasileira naquela região. No caso de *Tempo dos Flamengos* esta preocupação é centrada nos feitos e escolhas dos holandeses. De fato, mesmo nos capítulos sobre os índios e os negros, o que se lê é antes uma investigação sobre como os holandeses agiram com relação a estas pessoas do que o contrário. Trata-se de um livro que enfoca as ações e os costumes dos batavos em sua experiência de interação com a sociedade colonial luso-brasileira.

Já Evaldo Cabral de Mello apresenta uma interpretação do Brasil Holandês a partir das relações econômicas entre a colônia, Portugal, a Companhia das Índias Ocidentais e os Países Baixos. Em seu *Olinda Restaurada* (1998), o autor demonstra como o período estudado foi marcado pela guerra *pelo* açúcar – isto é, pelo interesse holandês em se apropriar e controlar a produção e exportação de açúcar do nordeste – assim como pela

consistentes feitos e publicados no século XX. Os textos de Netscher e Varnhagen, datados do século XIX, serão analisados em oportunidade posterior.

guerra *do* açúcar – ou seja, foi o dinheiro gerado pela economia açucareira que sustentou a guerra. O autor, assim, explana os eventos do Brasil Holandês em função da monocultura exportadora da região. Em *O Negócio do Brasil* (2003), o foco está na explicação de como os portugueses compraram de volta as terras então conquistadas pelos holandeses, restaurando assim a unidade territorial da colônia. Neste livro o autor mostra a ligação direta da história da colônia portuguesa com a história da metrópole e suas conquistas na América, África e Ásia.

Frans Leonard Schalkwijk, historiador e pastor holandês radicado no Brasil, fez densa pesquisa no material colhido por José Higino e construiu uma interpretação da história da igreja reformada no período do Brasil Holandês (Schalkwijk 2000). Seu ponto central foi recuperar os feitos dos pastores e membros desta Igreja, mostrando que o grupo sobre o qual esta religião teve mais influência foi dos índios, tanto tupi quanto tapuia, e que diversos deles foram contratados por esta igreja para trabalharem como professores ou pregadores nas aldeias. Mostra, ainda, que a Igreja Reformada veio com a WIC, e foi-se embora com ela.

Observa-se, assim, que nas obras acima citadas há a eleição de um aspecto da experiência colonizadora e o aprofundamento da interpretação nele focado: a vida social, a economia, e a religião. São obras densas e que trazem muitas informações sobre o período estudado, contudo falta uma apreciação dos movimentos então existentes. Dito de outra forma, é preciso ainda compreender as interações entre os grupos, as trocas, representações, e interpretações de cada coletividade sobre aquilo que então viviam e descobriam. Como afirma Stuart Schwartz sobre os encontros culturais entre europeus e populações do Novo Mundo na era moderna, “uma tensão dinâmica entre entendimentos e expectativas prévias e novas observações e experiências era posta em movimento a cada encontro, e se modificava

na medida em que estes encontros também mudavam no decorrer do tempo” (Schwartz 1994: 3).

É neste aspecto que a interpretação antropológica pode contribuir. Não basta estudar a sociedade colonial como uma série de grupos estanques e homogêneos que defendiam seus interesses – como afirma Ann Stoler, é preciso tomar a dicotomia politicamente construída de colonizadores/colonizados não como um dado, mas sim como um par de categorias sociais que mudam através do tempo, e que devem ser explicadas (Stoler 2002: 13). Portanto, faz-se necessário atentar para os processos de interação entre os grupos, para as representações que tais grupos faziam uns dos outros, para as alianças políticas e o compartilhamento de interesses, espaços, práticas e saberes que desafiavam as categorias e classificações de cada coletividade em questão.

Neste sentido, Cristina Pompa (2003) traz avanços importantes para a discussão, analisando os relatos de cronistas holandeses sobre os índios tupi e tapuia que foram ora seus aliados, ora seus inimigos entre 1630 e 1654.

Primeiramente, a antropóloga se detém nas histórias dos chefes indígenas Pedro Poti e Antonio Paraupaba, aliados dos holandeses, revelando as estratégias de alianças e os conflitos entre grupos indígenas potiguar (tupi) na defesa de seus interesses políticos e territoriais. Em seguida, analisa as cartas de Poti e Felipe Camarão – este, aliado dos portugueses –, mostrando como elas são testemunho da inserção dos índios no mundo colonial e de como eles utilizaram “elementos das culturas e práticas dos invasores, holandeses ou portugueses: das alianças às armas, da fé ao uso da escrita e até do estilo retórico, mais redundante e barroco do lado português, e mais enxuto e ‘objetivo’ do lado holandês” (Pompa 2003:209). A análise dos relatos neerlandeses é centrada naqueles sobre

os tapuia, seus “aliados infernais”⁶. Sobre tais fontes, a antropóloga aponta como as descrições batavas, com elementos de caráter etnográfico, colocam os tapuias “num plano de naturalidade ferina ou monstruosa” (Pompa 2003: 244).

O trabalho de Pompa prova a possibilidade de uma releitura de fontes já conhecidas que traga descobertas reveladoras sobre a complexidade das relações entre índios e holandeses no Brasil colonial. Os documentos citados por ela, em sua maioria, foram também estudados por Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello e outros estudiosos do Brasil holandês. A diferença decorre da visão antropológica da autora: procurando nestas fontes dados etnográficos sobre os índios, fazendo delas uma leitura informada pelo contexto histórico e social de sua produção e mobilizando profunda sensibilidade às escolhas textuais das narrativas, ela consegue trazer à luz as representações e as estratégias de índios e holandeses uns com relação aos outros.

Decorre destas afirmações a possibilidade de se pensar o Brasil Holandês de forma distinta das obras historiográficas anteriormente citadas. Se partirmos da idéia de que os diversos grupos que compunham a sociedade do período tinham relações específicas e diferenciadas entre si, não caberá trabalhar a partir de uma divisão entre colonizadores e colonizados, mas sim focar as relações entre os grupos como forma de entender a própria sociedade colonial em sua diversidade e complexidade. Repensar o lugar e o papel dos índios no Brasil Holandês é um bom ponto de partida para esta nova abordagem teórica sobre o período.

É sabido que a presença de holandeses na costa nordeste da América Portuguesa e seu contato com os índios não se iniciou com a chegada da WIC a Pernambuco em 1630. Por ocasião da frustrada tentativa de invasão da Bahia em 1624, alguns índios foram

⁶ Sobre a aliança entre tapuias e holandeses, cf. Boogaart 1979.

levados à Holanda pelo coronel Boudewijn Hendrickszoon. Lá tiveram educação na língua batava e na religião reformada e, segundo Gonsalves de Mello, “andavam nos negócios e nas universidades holandesas” (Gonsalves de Mello 2001: 208). Esta presença de índios na Europa, em pleno século XVII, não era totalmente desconhecida. Como aponta Perrone-Moisés (1996), desde os séculos XV e XVI era bastante costumeiro que os viajantes levassem alguns índios de volta consigo para a Europa após as viagens de descobrimento.⁷

A ida destes índios à Holanda deve ser entendida sob dois aspectos. De um lado, ela era estrategicamente interessante tanto para índios quanto para os holandeses. Para os últimos, era uma forma de treinar intérpretes e informantes para uma futura tentativa de invasão, que de fato ocorreu. De acordo com Gonsalves de Mello, nos anos da presença batava em Pernambuco os portugueses preocupavam-se com “a atividade aliciadora, em favor dos holandeses, que vinha sendo empreendida por alguns índios que, anteriormente a 1630, tinham sido conduzidos à Holanda e lá educados por conta da Companhia das Índias Ocidentais. Serviam eles agora, de volta ao Brasil, aos propósitos da Companhia, de conquista do Nordeste.” (Gonsalves de Mello 1954: 18). Esta última afirmação nos indica que, além de ter sido interessante para os holandeses, os próprios índios que viveram nos Países Baixos souberam tirar proveito desta experiência manejando seus conhecimentos das duas línguas e das culturas em contato para lutar por seus próprios interesses quando de volta ao Novo Mundo.

Há um segundo aspecto que deve ser considerado. Além das oportunidades políticas e militares possibilitadas por esta experiência, a ida de índios tupi à Holanda levanta a questão fundamental de como estes indivíduos foram entendidos e que lugar lhes foi dado

⁷ A autora estima que nos primeiros anos do século XVI algumas centenas de índios já haviam sido levados para o Velho Mundo: “De suas viagens, Colombo teria voltado com 36 [índios]; Bartolomeu Colombo em

numa cultura estranha à sua, bem como que lugar tiveram quando de volta às suas terras de origem. Marcus Meuwese (2003) sugere uma idéia iluminadora: estes índios teriam se tornado mediadores culturais, isto é, pessoas que dominavam os códigos simbólicos das culturas em questão e que assim conseguiam transitar entre elas, levando e trazendo informações, pedidos e negociações de conflitos.

Concordando ou não com a tese de Meuwese, o princípio que a sustenta é verdadeiro: a presença de um indivíduo estrangeiro em uma nova cultura implica na mobilização de representações e conhecimentos sobre o outro, tanto da parte do indivíduo quanto da cultura em questão. O encontro cultural suscita tanta curiosidade quanto estranhamento e, conforme o argumento de Schwartz acima citado, põe em movimento e em questão uma série de conceitos e categorias até então utilizadas para pensar este outro.

A partir desta constatação chegamos a algumas perguntas relevantes: como os índios se pensavam em relação aos holandeses? Como pensavam os holandeses? Como estes entendiam os índios? As ações e escolhas dos grupos eram pautadas em que tipo de representação e conhecimento?

Os índios, porém, não eram os únicos outros dos holandeses, tampouco da sociedade colonial nos trópicos. Eram, isto sim, os outros entre outros. Do mesmo modo, os holandeses não deveriam ser os únicos outros dos índios. Como mostra Schwartz (1994), ao chegarem no Novo Mundo os europeus se defrontaram com um “outro interno” dentro da sociedade colonial: os negros, trazidos da África através do tráfico de escravos.

Encontramos assim mais um grupo que tinha um lugar específico dentro da sociedade colonial, e que travava relações distintas com os outros grupos que dela faziam parte. No caso do Brasil holandês, os lugares ocupados por negros, as atividades que

1496 teria levado 300; Vespúcio, em 1497-8, 222; Pinzón, em 1499, 36 (...)” (Perrone-Moisés 1992: 60).

desempenhavam e as alianças que fizeram constituem rico material a ser analisado, que nos permite entender a sociedade do período em sua complexidade.

Sabe-se, por exemplo, que alguns negros lutaram ao lado das tropas luso-brasileiras contra o invasor europeu. Foi este o caso de Henrique Dias, que chefiou uma companhia de negros na luta da reconquista pernambucana, ao lado das tropas de Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros e José Fernandes Vieira. Gonsalves de Mello cita também os mulatos João de Andrade e Antonio Mendes (Gonsalves de Mello 2001: 204). O que é interessante, porém, é que estas companhias não eram formadas apenas por negros ou mulatos, mas também por índios – no caso da de Henrique Dias, acredita-se que 1200 soldados eram indígenas (Schwartz 2003: 30).

A relação entre negros e índios se deu também de outras formas. Como mostra Schwartz (2003), era comum no tempo da colônia encontrar-se negros integrados em aldeias indígenas e índios assimilados em quilombos, havendo assim um processo de miscigenação afro-indígena. Ao mesmo tempo, os quilombos eram alvo militar tanto de holandeses quanto de portugueses, e não foram poucas as vezes que índios participaram destas incursões contra os quilombolas. O autor de *Tempo dos Flamengos* lembra, por exemplo, a excursão de Roulox Baro e um grupo de tapuias que atacaram e destruíram parte do quilombo de Palmares em 1644, levando consigo alguns prisioneiros (Gonsalves de Mello 2001: 194).

Não apenas os índios foram levados à Holanda. Com objetivo diferente, alguns neerlandeses, quando regressavam aos Países-Baixos, levavam consigo suas amas-secas e serviçais: “não era incomum partirem holandeses do Brasil, de volta à pátria, levando consigo negros e negras: negros de confiança ou mucamas” (Gonsalves de Mello 2001:196 nota 42).

Vemos, assim, que é possível reconhecer uma teia complexa de relações entre os diversos grupos que compunham a sociedade do período. Mas essas relações não passavam apenas por alianças políticas e militares, como vemos nos casos acima. Havia também relações íntimas, isto é, relações de matrimônio e aliança de parentesco que trazem ainda mais variáveis à questão posta.

Neste sentido, é fundamental atentarmos para as relações de gênero dentro da sociedade colonial. Charles Boxer traz algumas informações interessantes, de fontes portuguesas, sobre esta questão. Ao abordar os casamentos interculturais no Brasil holandês, aponta: “Embora muitos holandeses se casassem com pernambucanas, afirma Frei Calado que não havia um único exemplo de portugueses, que tendo tido relações amorosas com mulher herege, viesse a desposá-la” (Boxer 2004: 178).

As mulheres holandesas provocavam espanto e choque na colônia portuguesa: “Observadores estrangeiros freqüentemente fizeram reparo em que a maioria dos holandeses não só discutem com suas mulheres, na intimidade, assuntos relativos aos negócios e ao Estado, como também bebem livremente com elas, em público. Isso fazia, por certo, o maior contraste possível com os hábitos portugueses” (Boxer 2004: 176). Aparentemente, aos olhos dos portugueses as brasileiras eram melhores esposas e mães que as holandesas, pois estas últimas eram dadas à bebida, “traíam seus maridos e desleixavam-se dos filhos” (Boxer 2004: 182). Aos olhos flamengos, por outro lado, o casamento de batavos com índias não era bem visto, e o matrimônio com negras era terminantemente proibido (Gonsalves de Mello 2001).⁸

O que tentamos apontar, com a discussão sobre as atuações e o lugar de índios e negros, assim como sobre as representações acerca das mulheres, é o movimento e a circulação de pessoas, representações e saberes no Brasil holandês. Índios e negros foram levados e trazidos do Novo Mundo para a Holanda, da África para o Novo Mundo, do Novo Mundo para a África. Neste processo, foram feitas alianças políticas e matrimoniais, entre grupos indígenas, negros, holandeses e portugueses. Tais alianças resultaram em mestiçagem, em novas formas de sociabilidade entre pessoas, em novas categorias. Como mostra Ann Stoler (2002), a mestiçagem no mundo colonial embaralhava as classificações e categorias até então conhecidas: surgiam desta forma pessoas que estavam circulando entre grupos, fazendo a mediação entre posições distintas.

A proposta que se faz aqui, portanto, é estudar como estes movimentos e circulações criaram novas categorias de entendimento e compreensão do mundo para os grupos que viveram este processo. O foco da análise deverá ser a própria sociedade colonial, em seu caráter multifacetado e em constante modificação.

⁸ José Antonio Gonsalves de Mello nota um interessante silêncio das fontes holandeses sobre o possível interesse de homens holandeses por mulheres negras. A única exceção, talvez reveladora, é segundo ele o quadro de uma mulher negra pintado por Albert Eckhout (Gonsalves de Mello 2001: 203).

Referências Bibliográficas

- Boogaart, Ernst van den. 1979. “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu (1631-1654)”. In: Boogaart, E. (ed). *Johan Maurtis van Nassau-Siegen: 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. Haia: The Johann Maurtis van Nassau Stichting, pp. 519-538.
- Boxer, Charles. 2004 [1957]. *Os Holandeses no Brasil, 1624-1654*. Recife: CEPE.
- Cabral de Mello, Evaldo. 1987. “Imagens do Brasil Holandês”. In: *Imagens do Brasil Holandês*. Brasília: Fundação pró-memória/Minc, pp.13-27.
- _____. 1998 [1975]. *Olinda Restaurada*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks.
- _____. 1999. “Os Holandeses no Brasil”. In: Herkenhoff, P. (org). *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante, pp.20-41.
- _____. 2003 [1998]. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Freyre, Gilberto. 2000 [1933]. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 39ª edição.
- _____. 2001 [1944]. “Prefácio”. In: Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks, pp. 15-24.
- Gonsalves de Mello, José Antonio. 2001 [1947] *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- _____. 1954. *D. Antonio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife.
- _____. 1999. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: Herkenhoff, P. (org). *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante, pp.42-63.
- Heijer, Henk den. 1994. *De Geschiedenis van de WIC*. Zutphen: Walburg Pers.
- Holanda, Sérgio Buarque de (dir). 2003 [1960]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I - A Época Colonial. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Holandeses no Brasil – verbetes do novo dicionário holandês de biografias*. Tradução de Francisco J. Moonen. Recife: Ed. UFPE, 1968.
- Meireles, Mário M. 1991. *Holandeses no Maranhão (1641-1644)*. São Luís: PPPG/EDUFMA.
- Meuwese, Marcus P. 2003. ‘For the Peace and Well-Being of the Country’: Intercultural Mediators and Dutch-Indian Relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-

1664. Tese de doutoramento inédita apresentada ao Graduate Program in History, University of Notre Dame, Indiana.
- Netscher, Pieter M. 1853. *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle*. Haia: Belifante.
- Pereira, José Higino D. 1886. Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, no. 30, pp.7-110.
- Perrone-Moisés, Leyla. 1996. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pompa, Cristina. 2003. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC.
- Puntoni, Pedro. 1992. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, José Honório. 1949. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- Schalkwijk, Frans Leonard. s/d. “Por que, Calabar?” O Motivo da Traição”. Texto disponível no site http://www.mackenzie.com.br/teologia/fides/vol05/num01/Frans_Leonard.pdf acessado em 04 de dezembro de 2004.
- _____. 2000. “Índios Evangélicos no Brasil Holandês”. Texto disponível no site http://www.thirdmill.org/files/portuguese/74870~9_18_01_4-15-56_PM~fleonardo.htm acessado em 02 de maio de 2004.
- Schwartz, Stuart B. 1994. “Introduction”. In: ____ (org). *Implicit Understandings. Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters Between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.1-21.
- _____. 2003. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*, no. 29-30, pp.13-40.
- Stoler, Ann L. 2002. *Carnal Knowledge and Imperial Power: race and the intimate in colonial rule*. Berkeley: University of California Press.
- Varnhagen, Francisco A. 2002 [1871]. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Bibex.
- _____. 1978 [1877]. *História Geral do Brasil*, 3 volumes. São Paulo: Melhoramentos.
- Verri, Gilda e Britt, Jomard (orgs.). 2003. *Relendo o Recife de Nassau*. Recife: ed. Bagaço.